

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM-Madeira
 Data 15.04.79 Pg.: 05

Polêmica cerca a madeira da Amazônia

BRASILIA (Sucursal) — O anúncio, provavelmente precoce — devido ao desmentido que se seguiu — do ministro do Interior, Mário Andreazza, de que a madeira da Amazônia seria explorada por uma empresa pública encarregada de formular os contratos de concessão à iniciativa privada, levantou novamente o debate sobre a matéria, a ponto de diferentes setores governamentais preferirem delegar competência para uma decisão final ao Congresso Nacional, alegando que a Amazônia é um patrimônio do povo brasileiro.

Quando a isso, não há dúvida, trata-se de um patrimônio imensurável. Para se ter idéia sobre o potencial econômico da Amazônia, um estudo feito pelo economista Maharaj Muthoo mostra que cerca de um milhão de hectares de floresta, em média, tem sido destruída anualmente, nos últimos 15 anos. "Isso significa — diz o trabalho — que se considerarmos um mínimo de 45 centímetros cúbicos por hectare de madeira comercial, que teoricamente pode ser vendida a US\$ 100 por metro, a floresta deixou de gerar US\$ 4,5 bilhões de dólares, o equivalente a um terço do produto de exportação do País, no ano de 1977).

CARACTERÍSTICAS

O professor Mauro Silva Reis, em conferência proferida na Universidade Federal de Viçosa, afirmou que a Região Amazônica requer, face às características peculiares dos inúmeros ecossistemas naturais que a compõe, uma política cautelosa de ocupação e utilização de seus recursos florestais. Essa política, segundo disse, deve ser inserida no contexto global do País, daí a necessidade de não desvincular os recursos florestais dos demais componentes que integram a região.

Não são poucos os ecologistas e técnicos que falam na necessidade de criar novas unidades de conservação, para fins de preservação, como parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, entre outras. A essas necessidades eles juntam a instalação de áreas de conservação ou de uso múltiplo que compreendam as áreas de proteção de bacias hidrográficas, áreas para manejo da fauna

e da flora e as outras destinadas à exploração madeireira racional para fins industriais. O trabalho do professor Mauro Reis analisa esses esquemas e mostra as possibilidades que cada um pode oferecer no contexto da política de ocupação da região.

Assim, após observadas essas duas linhas principais para a política de ocupação e utilização da Amazônia, são considerados cinco modelos de desenvolvimento florestal para a região, a saber: o modelo da exploração florestal extrativista; o aproveitamento de florestas a serem derrubadas por grandes obras; o modelo fundamentado na substituição da floresta heterogênea pela floresta homogênea, e o modelo do manejo racional sustentado da floresta tropical heterogênea.

Para se ter uma idéia do total desconhecimento do governo sobre o problema da Amazônia, reconhecido pelo próprio ministro do Interior e pelo presidente do IBDF, Carlos Daluf, os planos falam em opções que nem sequer chegaram a ser estudadas com profundidade para estabelecer a melhor política para a ocupação da região dentro da filosofia de extrair sem destruir.

PROJETO TAPAJÓS

De qualquer forma, deve ser pensamento do governo que o Brasil deixou de ganhar 4,5 bilhões de dólares — uma quantia razoável para o período de 15 anos — é necessário partir para um programa talvez com características de emergência para recuperar o tempo perdido. O importante é que nessa corrida, não se perca o bom senso entregando à iniciativa privada — em casos de contratos quase sempre significam multinacionais — que terão a preocupação de extrair, sim, mas com o necessário cuidado de não destruir o patrimônio, finalmente reconhecido como um bem do povo brasileiro.

Em novembro de 1977, o governo brasileiro e a Organização para a Agricultura e Alimentação da FAO firmaram convênio de cooperação técnica, previsto para oito meses, objetivando o preparo de um estudo de viabilidade econômica e

ecológica para a utilização industrial de 165 mil hectares da floresta nacional do Tapajós, no Pará, área considerada como um projeto piloto para exploração da madeira na Amazônia.

O consenso do grupo que participou dos estudos é de que o Projeto Tapajós é válido, deve ser implementado o mais rapidamente possível, e o governo brasileiro deve considerar as recomendações e sugestões contidas nos relatórios que recebeu da FAO.

Mas não é esse o ponto de vista de importantes setores da economia nacional, como por exemplo, o IBDF, cujo atual presidente, no seu discurso de posse, declarou: "falta ainda uma política global para a Amazônia, que leve em consideração as inter-relações setoriais, respaldada em conhecimentos científicos que possibilitem a utilização racional de seus recursos florestais, que nos conduzem a procedimentos cautelares, com respeito à atuação do IBDF naquela região".

Além da péssima repercussão, a nível nacional, dos anunciados contratos de riscos ou concessões — o título não importa muito no caso — começam a se organizar entidades de apoio à causa amazônica, a ponto de já ter começado, embora numa fase bastante embrionária, uma campanha do tipo "a floresta é nossa", nos moldes do que ocorreu com o petróleo, na década de 50, e que levou à criação da Petrobrás, na época uma grande conquista dos brasileiros.

POTENCIAL ECONÔMICO

Deixando a discussão da questão amazônica para o Congresso Nacional, através da Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá ser aprovada — segundo sugestão do ministro Andreazza e que será reforçada na semana que vem durante a sua visita à Comissão do Interior da Câmara dos Deputados — passemos para uma exposição da potencialidade econômica da região.

Segundo o estudo do economista Maharaj Muthoo, a importância dos recursos florestais da Amazônia, sob o ponto de vista econômico, será cada vez

maior, por ser um dos três únicos redutos de floresta tropical de todo o mundo — os outros dois estão na Ásia e África — e pela crescente demanda de madeira para o mercado interno e externo.

No estudo, o economista comprova que a região amazônica, que possui 358 milhões de hectares de cobertura vegetal, tem 280 milhões de hectares de floresta densa. Destes, 273,5 milhões de hectares são de matas em terra firme e 6,5 milhões de hectares de florestas de várzeas. Isso corresponde a 20 por cento da área mundial de floresta tropical densa e 78 por cento da reserva de floresta do Brasil. O volume de madeira comercial em pé (estoque), na região, é estimado em 50 bilhões de metros cúbicos que ao preço de US\$ 100 por metro cúbico significa, hoje, uma riqueza teórica substancial.

Apesar de toda esta potencialidade, a floresta amazônica produz apenas três por cento para o mercado internacional de madeira tropical e dez por cento para o mercado madeireiro interno. Além disso, o estudo intitulado "Perspectivas e Tendências do Setor Florestal Brasileiro" mostra que cerca de um milhão de hectares de floresta da Amazônia, em média, tem sido destruído anualmente, nos últimos 15 anos, o que significa que, se considerarmos um mínimo de 45 metros cúbicos por hectare, de madeira comercial, que teoricamente pode ser vendida a 100 dólares por metro cúbico no mercado madeireiro, que a floresta deixou de gerar 4,5 bilhões de dólares, ou seja, o equivalente a um terço de todo o produto de exportação do País no ano de 1977.

A situação da Amazônia se torna mais grave se levarmos em conta que a crescente demanda de madeira para suprir os mercados interno e externo, aliada à progressiva redução das reservas florestais de alguns países do Sudeste asiático, que hoje suprem 85 por cento da demanda mundial.